

Nota Informativa

Edição 167/2023

DESTAQUES

Tributaristas pedem atenção de TICs com regulamentação da reforma

ANPD prorroga consulta sobre sandbox regulatório para IA

Ministério da Justiça cria Secretaria de Direitos Digitais; Estela Aranha assume

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Freire quer Comitê de Infraestrutura da Anatel como 'think tank' e diálogo com outros setores

Secom recebe mais de 200 contribuições na consulta pública sobre publicidade de governo na internet

5G: mitigação da banda C está bem perto do final

Transparência é questão central na discussão sobre IA, dizem debatedores

Presidente da Anatel diz que destinação da faixa de 6 GHz depende de debates na WRC-23

REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin destaca importância da reforma tributária em posse de novo presidente da CNI

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MJSP será responsável por indicação de diretores da ANPD e composição do CNPD

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Economistas criticam esfriamento de adesão do Brasil à OCDE

Copom decide na quarta corte dos juros básicos da economia

Receita Federal contraria decisão do STJ sobre incentivos fiscais de ICMS

Centrão leva Caixa e quer mais: pede ao governo diretorias da Petrobras e do Banco do Brasil

Marco legal das garantias deve reduzir custo do crédito mesmo com veto de Lula, dizem especialistas

INFRAESTRUTURA

Baigorri, da Anatel: Premissa da agência é que os postes estão uma bagunça

ORÇAMENTO

Planalto faz reunião sobre Orçamento em meio a debate sobre meta fiscal

CMO marca para 3ª votação do relatório preliminar da LDO

Haddad admitiu possibilidade de mudar meta fiscal, mas queria em 2024; leia bastidor

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 admite que pode rever meta de déficit fiscal

POLÍTICA

Ministros de Lula não veem mais Dino como favorito para o STF

Foco do governo para arrecadação, tributação de subvenções deve avançar como MP

Lira leva reclamações a Lula e cobra articulação por pauta de Haddad

Momento é de consolidação da frente ampla de apoio ao governo na Câmara, diz Padilha

DESTAQUES

Tributaristas pedem atenção de TICs com regulamentação da reforma

Mercado | 31/10/2023 – 22h31min

Tributaristas com atuação na cadeia de TICs veem benefícios e também desafios diante do modelo de reforma tributária em discussão no Congresso. Mesmo com a simplificação das regras esperada com as mudanças, parte importante dos rumos será definido por leis complementares a partir de 2024, notam. Durante o 37º Seminário Internacional ABDTIC 2023, realizado em São Paulo na terça-feira, 31, os coordenadores da Comissão de Tributação da entidade projetaram a aprovação do texto nas duas Casas legislativas ainda neste ano. "Já no ano que vem começa a regulamentação por lei complementar, e isso sim vai dar trabalho", afirmou Luiz Roberto Peroba. O advogado notou que muitos pontos importantes dependem da regulamentação, como o próprio detalhamento do novo IVA dual (o IBS compartilhado por estados e municípios e o federal CBS), passando pelas regras de não cumulatividade e creditamento consideradas essenciais para a proposta a simplificação do sistema. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD prorroga consulta sobre sandbox regulatório para IA

Poder Executivo | 01/11/2023

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) decidiu prorrogar a consulta pública sobre sandbox regulatório para inteligência artificial (IA) e proteção de dados até 1º de dezembro. O prazo, aberto no início de outubro, se encerraria na quarta-feira, 1º. As contribuições devem ser enviadas por meio da Plataforma Participa + Brasil. "A prorrogação ampliará o diálogo com as organizações participantes e dará mais tempo para as contribuições, o que aprimorará o desenho do projeto", afirmou a Autoridade em nota. Analisa-se o programa piloto de sandbox regulatório da ANPD, que consiste em um ambiente controlado para testar tecnologias associadas à IA desenvolvidas pelos participantes. O objetivo é que, a partir da inovação nesse espaço, haja a implementação de boas práticas para garantir a conformidade com as normas de proteção de dados pessoais.

Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Ministério da Justiça cria Secretaria de Direitos Digitais; Estela Aranha assume

Poder Executivo | 31/10/2023 – 17h19min

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) criou a Secretaria de Direitos Digitais, nova estrutura que ficará responsável por assuntos voltados à Internet e tecnologia. A nova unidade teve criação publicada na edição de terça-feira, 31, do Diário Oficial da União (DOU), e terá como responsável a advogada Estela Aranha, que antes ocupava o cargo de assessora de direitos digitais do MJ. Segundo Aranha, a criação da nova Secretaria é um passo importante para estruturação do trabalho que a pasta já vem desenvolvendo frente ao desafio de proteger os direitos e liberdades públicas diante dos impactos da transformação digital. "Essa questão é cada vez mais central para a defesa da ordem jurídica, dos direitos e das garantias constitucionais – finalidades precípua do Ministério da Justiça e Segurança Pública", enfatiza a advogada. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Freire quer Comitê de Infraestrutura da Anatel como 'think tank' e diálogo com outros setores

Poder Executivo | 01/11/2023 – 14h07min

O conselheiro da Anatel Alexandre Freire quer transformar o Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações, órgão interno da agência que desde o dia 20 está sob a responsabilidade do conselheiro, em uma espécie de "think tank" para pensar, nas palavras do conselheiro a este noticiário, "a infraestrutura de forma transversal, (considerando) o impacto da infraestrutura nos setores de saúde, portos, educação, estradas, energia etc". Está prevista ainda a criação de uma unidade dedicada à iniciativa Ciências Comportamentais em Governo (CINCO), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, cuja proposta é auxiliar formuladores de políticas públicas a encontrar soluções inovadoras. Freire ressaltou que todo o trabalho do comitê será pautado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). "Vou realizar uma série de eventos no âmbito do comitê de infraestrutura e prestigiar a pauta da sustentabilidade e financiamento da infraestrutura de telecom no país", disse Freire. O conselheiro também pretende "voltar a atenção para data centers e o uso de inteligência artificial na infraestrutura de telecomunicações". O comitê de infraestrutura tem como finalidade "formular ao Conselho Diretor da Anatel proposições e recomendações

relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura nacional de telecomunicações, bem como de outras infraestruturas que suportem o setor de telecomunicações". Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Secom recebe mais de 200 contribuições na consulta pública sobre publicidade de governo na internet

Poder Executivo | 01/11/2023 – 10h36min

A [Consulta Pública nº 2/2023](#), sobre a Instrução Normativa para Publicidade de Governo na Internet, promovida pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, recebeu 206 contribuições de 22 participantes da iniciativa pública e privada, do terceiro setor e de pessoas físicas. A consulta ficou disponível desde o dia 20 de setembro na plataforma Participa + Brasil. Todas as informações recebidas serão analisadas pelo grupo de trabalho e autoridades competentes da Secom para produção de uma versão definitiva da norma interna. As contribuições irão enriquecer a IN com conceitos, tornará mais preciso o normativo e propiciará o atendimento a demandas reais e de interesse público. Além disso, reforçam a participação social como instrumento do Governo Federal para uma gestão democrática na construção do documento que conterà regras sobre a utilização de publicidade em mídias digitais. A produção da Instrução Normativa decorre do Acórdão nº 2.553/2022 do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a criação de um grupo de trabalho (GT) para estudar a legalidade da contratação pela administração pública de programas de publicidade online. Assim como do Ofício nº 9646/2022 da Controladoria Geral da União, que sugeriu à Secom a avaliação da conveniência e da oportunidade de elaboração de normativo interno contendo regras sobre a utilização de publicidade em mídias digitais. A medida guarda relação com acontecimentos ocorridos em 2020, mas o governo passado não deu consequência a tais processos e coube ao governo atual propor um GT e avançar em uma proposta. Fonte: ASCOM Secom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

5G: mitigação da banda C está bem perto do final

Mercado | 01/11/2023

A EAF (Entidade Administradora de Faixa) antecipou em mais de dois anos a desocupação das estações satelitais profissionais (FSS), com atuação em 1.482 estações que operavam na Banda C Estendida pelo Brasil. Com relação as 19.200 estações que operam na Banda C, a EAF concluiu a mitigação em 5 mil das 5.570 cidades brasileiras. Resta fazer a mitigação em menos de 7% das estações do país. A operação, que faz parte das etapas para a implementação da nova geração de internet móvel, é uma das entregas previstas no edital do Leilão do 5G. O prazo para finalização dessas etapas estava previsto para 2026. O trabalho consiste na migração das estações que operam na Banda C estendida para a Banda C ou na instalação de filtros para mitigar possíveis interferências causadas pelo 5G. A nova tecnologia ocupa a mesma faixa de sinal das FSSs, que operam na faixa de 3.700 MHz a 4.200 MHz. O COO da EAF, Antonio Parrini, explica que essas estações, utilizadas por emissoras de rádio e TV, instituições de ensino a distância e até a aeronáutica, poderiam sofrer interferências e até mesmo parar de funcionar caso o trabalho não fosse realizado. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Transparência é questão central na discussão sobre IA, dizem debatedores

Mercado | 01/11/2023

O acesso dos usuários às informações sobre os conteúdos criados por inteligência artificial é um dos pontos centrais no combate ao uso dessa tecnologia a serviço de objetivos

e interesses escusos. A conclusão é dos debatedores que participaram, na terça-feira (31), de audiência pública para debater a aplicação e as implicações da inteligência artificial nas eleições e na disseminação de informações. A audiência faz parte de uma série de debates promovidos pela Comissão Temporária sobre inteligência artificial no Brasil (CTIA). O avanço dessas tecnologias é uma preocupação de diversos países e, no Brasil, um dos principais temores é o mau uso da IA nas eleições de 2024, em que serão disputados cargos nos mais de 5 mil municípios do país. "São 5.570 municípios em que o Estado vai precisar estar preparado para responder a esses desafios da inteligência artificial. Nós temos, enquanto Estado, que dar uma resposta. A integridade da democracia está sob ameaça e o relógio está contando para nós tomarmos alguma atitude. Não podemos deixar para ver no que vai dar", alertou a professora Tainá Aguiar Junquillo, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Presidente da Anatel diz que destinação da faixa de 6 GHz depende de debates na WRC-23

Poder Executivo | 31/10/2023 – 15h58min

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, disse na segunda-feira (30/10), em audiência conjunta das comissões de Comunicação (CCom) e Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados, que a destinação da faixa de 6 GHz depende dos debates que serão realizados na Conferência Mundial de Radiocomunicações 2023 da União Internacional de Telecomunicações (WRC-23 - World Radiocommunication Conference). A conferência será realizada entre 20 de novembro e 15 de dezembro em Dubai (Emirados Árabes). Baigorri explicou que, quando a Anatel optou por destinar essa faixa ao uso não licenciado para Wi-Fi, não havia um dilema regulatório a ser enfrentado. De acordo com ele, em 2020, ano da decisão, não havia previsão do uso dos 6 GHz para outros equipamentos e tecnologias. Pesou ainda a favor dessa deliberação o fato de o Wi-Fi ser um meio de acesso democrático à internet, já que não consome pacote de dados do serviço móvel do usuário. Destacou, porém, que o contexto está mudando e que existe possibilidade de reavaliar esta destinação. "No fundo o que estamos discutindo aqui é o padrão da indústria. Qual o futuro dessa faixa", disse Baigorri, explicando que a padronização internacional é um parâmetro importante para essa definição. "O Brasil vai aguardar a decisão da WRC-23 e, a partir daí, decidir se manterá a atual decisão ou vai revê-la." Fonte: ASCOM Anatel

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin destaca importância da reforma tributária em posse de novo presidente da CNI

Poder Executivo | 31/10/2023 – 23h17min

A reforma tributária em tramitação no Congresso vai trazer eficiência econômica e fazer crescer o Produto Interno Bruto (PIB). Essa opinião foi expressa na noite de terça-feira (31/10) pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, durante cerimônia de posse do novo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban. "Os estudos mostram que a reforma tributária pode, em 12 anos, elevar o PIB em 12%, reduzir e simplificar o Custo Brasil, melhorando a competitividade", afirmou Alckmin, durante discurso feito na cerimônia. "Nós precisamos recuperar produtividade", acrescentou o vice-presidente. Alckmin também destacou a importância da indústria verde para o país. "O Brasil vai ser o grande protagonista da descarbonização e do desenvolvimento com sustentabilidade", previu. Como exemplo das medidas tomadas nesse sentido pelo governo, o vice-presidente citou o aumento do biodiesel

no diesel, que vai chegar a 14%, e o etanol na gasolina, que pode passar de 27% para 30%. O empresário baiano Ricardo Alban tomou posse para um mandato de quatro anos à frente da CNI em substituição a Robson Braga Andrade, que presidiu a entidade nos últimos treze anos. A cerimônia de transmissão de cargo foi realizada no Centro Internacional de Convenções de Brasília (CICB), prestigiada pelas 27 federações do setor, empresários, governadores e parlamentares de todo o país. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MJSP será responsável por indicação de diretores da ANPD e composição do CNPD

Poder Executivo | 31/10/2023 – 16h13min

O governo federal publicou na terça-feira, 31, o Decreto 11.758/2023, que altera a estrutura e funções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Uma das grandes mudanças, está nas indicações das representações para compor o Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Agora, os setores interessados em compor o CNPD deverão enviar a lista tríplice de titulares e suplentes para o Ministério da Justiça, que na sequência encaminhará para nomeação pelo Presidente da República. Antes da mudança, essa atribuição era da ANPD que, inclusive, enviou em julho as 13 listas tríplices para a segunda composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD) à Casa Civil da Presidência da República. O órgão iniciou o processo de recebimento de indicações de representantes da sociedade civil para o CNPD este ano.

Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Economistas criticam esfriamento de adesão do Brasil à OCDE

Mercado | 01/11/2023 – 08h

O esfriamento do processo de entrada do Brasil na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é criticado por economistas que tiveram funções-chave no 1º mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Alexandre Schwartsman foi diretor de Assuntos Internacionais do BC (Banco Central) de 2003 a 2006, com a presidência de Henrique Meirelles. Marcos Lisboa foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2003 a 2005, quando Antonio Palocci era ministro. Lisboa disse que entrar para a OCDE poderia favorecer a inserção internacional do Brasil. “Esse processo [de entrada na OCDE] já está muito demorado. Deveria ser acelerado. Sem fazer isso, o Brasil reduz a chance de adotar boas práticas”, disse. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Copom decide na quarta corte dos juros básicos da economia

Poder Executivo | 01/11/2023 – 06h45min

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decide na quarta-feira (1º) o tamanho do corte na taxa básica de juros, a Selic. Mesmo com a recente alta do dólar e com os juros altos nos Estados Unidos, o órgão deve reduzir a Selic, atualmente em 12,75% ao ano, para 12,25% ao ano. Esse será o terceiro corte desde agosto, quando a autoridade monetária interrompeu o ciclo de aperto monetário. Nos comunicados das últimas reuniões, o Copom tinha informado que os diretores do BC e o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, tinham previsto, por unanimidade, cortes de 0,5 ponto percentual nos

próximos encontros. Segundo a edição mais recente do boletim Focus, pesquisa semanal com analistas de mercado, a taxa básica deve realmente cair 0,5 ponto percentual, embora algumas instituições projetem corte de 0,25 ponto. A expectativa do mercado financeiro é que a Selic encerre o ano em 11,75% ao ano. Na quarta-feira, ao fim do dia, o Copom anunciará a decisão. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita Federal contraria decisão do STJ sobre incentivos fiscais de ICMS

Poder Executivo | 01/11/2023 – 05h

A Receita Federal considera que ainda não é obrigada a seguir a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a tributação de incentivos fiscais de ICMS. Em solução de consulta, o órgão aplica entendimento mais restritivo do que o adotado pelos ministros no julgamento realizado no primeiro semestre. Também destaca que a Medida Provisória nº 1.185, de agosto, deverá alterar as regras a partir de 2024. A questão é relevante porque a União estima que vai deixar de arrecadar, em 2023, R\$ 70 bilhões em Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL em razão de empresas estarem abatendo valores relativos a subvenções de ICMS do cálculo desses tributos. Na terça-feira (31), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que essa era uma das dificuldades para a União alcançar a arrecadação almejada. O entendimento da Receita está na Solução de Consulta Cosit nº 253, de 2023, publicada na segunda-feira. A discussão foi levantada por uma empresa do comércio atacadista de mercadorias em geral da Bahia, beneficiária de subvenção para investimento na forma de créditos presumidos e de redução de base de cálculo do ICMS. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Centrão leva Caixa e quer mais: pede ao governo diretorias da Petrobras e do Banco do Brasil

Poder Legislativo | 31/10/2023 – 20h

Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cometeu o sincericídio de dizer que o governo pode descumprir a meta de déficit zero para 2024, o apetite dos partidos do Centrão só aumentou. Em público, o discurso oficial é o de que o Executivo precisa fazer o ajuste das contas públicas. Nos bastidores, porém, a conversa é outra. A cúpula do Centrão não se contentou com o comando dos ministérios do Esporte, dos Portos e Aeroportos nem com a presidência da Caixa Econômica Federal. Quer as 12 vice-presidências da Caixa, a Funasa ressuscitada e também diretorias do Banco do Brasil e da Petrobras, estatal que foi pivô do escândalo do petrolão. A convocação de uma assembleia extraordinária da Petrobras para o próximo dia 30, com o objetivo de avaliar mudanças no estatuto social da empresa, foi interpretada no Congresso como a oportunidade para derrubar de vez os vetos estabelecidos pela Lei das Estatais a indicações políticas. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Marco legal das garantias deve reduzir custo do crédito mesmo com veto de Lula, dizem especialistas

Poder Executivo | 31/10/2023 – 17h46min

O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao dispositivo do novo marco legal das garantias que previa a retomada extrajudicial de bens móveis, como carros e motos, por bancos e financiadores, é um fator negativo, mas o texto continua sendo visto como positivo por especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast. A versão sancionada por Lula preservou uma série de mudanças quanto ao tratamento das garantias, que devem potencializar linhas de crédito mais baratas, na visão dos bancos e de especialistas. O texto

aprovado pelo Senado no início de outubro previa que veículos fossem retomados sem autorização da Justiça, por meio de mandados extrajudiciais, caso o devedor não os entregasse no prazo legal. O presidente vetou esse artigo alegando inconstitucionalidade. Larissa Arruy, sócia da prática de bancos e serviços financeiros do Mattos Filho, afirma que o veto fez com que se perdesse a oportunidade de tornar mais célere a retomada dos bens móveis, mas não muda a orientação do projeto, vista como positiva pelo mercado. "Esse veto não tem o condão de, por si só, retirar outros benefícios e criar uma grande sombra sobre o potencial que o marco tem", diz ela. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INFRAESTRUTURA

Baigorri, da Anatel: Premissa da agência é que os postes estão uma bagunça

Poder Executivo | 01/11/2023

Após divergência entre Anatel e Aneel que impediu a aprovação definitiva do novo regulamento para uso compartilhado de postes na última semana, o presidente da agência de telecom, Carlos Baigorri, defendeu a cessão obrigatória dos espaços em postes pelas distribuidoras de energia. Segundo o dirigente, a situação atual dos ativos já justifica a medida. Mas este tem sido o principal entrave para a Aneel aceitar o modelo de compartilhamento. A informação é do portal Teletime. O presidente da Anatel participou na terça-feira, 31, do 37º Seminário Internacional ABDTIC, realizado em São Paulo. Na ocasião, Baigorri recordou que a divergência entre as agências teve como ponto central o caráter facultativo ou obrigatório dessa cessão de espaços em favor de um explorador de infraestrutura (o chamado posteiro), responsável pelo ordenamento do parque de postes. "O texto aprovado [na Anatel] é no sentido de ter a obrigatoriedade, mas a Procuradoria da Aneel soltou parecer dizendo que obrigatoriedade é possível apenas em algumas condições como má gestão de recursos, e que ela não estaria materializada. Então é uma divergência de premissa, porque para a Anatel, parte-se da premissa que os postes estão uma bagunça", afirmou Baigorri. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Planalto faz reunião sobre Orçamento em meio a debate sobre meta fiscal

Poder Executivo | 01/11/2023 – 15h21min

Em meio à discussão sobre uma possível mudança da meta fiscal para 2024, o Palácio do Planalto realizou na manhã de quarta-feira (1º) uma reunião para debater os últimos números do Orçamento. O encontro da Junta de Execução Orçamentária (JEO) foi convocado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e teve a participação das ministras do Planejamento, Simone Tebet, e de Gestão, Esther Dweck (de forma remota). O Ministério da Fazenda foi representado pelo secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, além do secretário do Tesouro, Rogério Ceron. O ministro Fernando Haddad não participou porque acompanhou a agenda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com presidentes dos bancos públicos. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CMO marca para 3ª votação do relatório preliminar da LDO

Poder Legislativo | 01/11/2023 – 13h38min

A presidente da CMO (Comissão Mista do Orçamento) do Congresso Nacional, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), marcou para 3ª feira (7.nov.2023) a sessão para votar

o parecer preliminar da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) de 2024. Se for aprovado o parecer do relator da LDO, deputado Danilo Forte (União Brasil-BA), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficará impedido de enviar mensagem de mudança na meta fiscal de 2024 ou de outros temas. A partir do momento que o relatório preliminar da LDO for aprovado, o Planalto só consegue fazer alterações no projeto negociando com Forte ou com outros integrantes da comissão. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad admitiu possibilidade de mudar meta fiscal, mas queria em 2024; leia bastidor

Poder Executivo | 31/10/2023 – 21h21min

A Junta de Execução Orçamentária (JEO) deve se reunir até a próxima semana para definir o melhor momento da mudança da meta fiscal e o novo valor. A JEO é um colegiado que toma as decisões de política fiscal do governo e é formado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Casa Civil (Rui Costa), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão). A discussão da mudança da meta para o próximo ano acelerou diante da iminência do início da votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) da Lei de Diretrizes Orçamentárias, na qual está fixada a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024 e que serviu de base para a elaboração do Orçamento. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 admite que pode rever meta de déficit fiscal

Poder Legislativo | 31/10/2023 – 18h32min

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE) escreveu em suas redes sociais na terça-feira (31) que seu parecer pode rever a meta de déficit fiscal, desde que isso seja "consenso" entre as lideranças políticas. Na LDO enviada ao Congresso, o governo previu zerar o déficit fiscal no ano que vem. Na sexta-feira (27), em um café da manhã com jornalistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que dificilmente a meta será alcançada. A fala de Lula foi vista como um sinal de que o governo mudaria a meta e desencadeou um debate no meio político sobre a responsabilidade fiscal do Executivo. Na semana passada, Forte disse que a fala de Lula cria "constrangimento" para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na segunda (30), em entrevista coletiva, Haddad afirmou que o governo vai continuar buscando a meta de déficit zero. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Ministros de Lula não veem mais Dino como favorito para o STF

Poder Executivo | 01/11/2023 – 12h56min

Ministros do governo Lula que antes viam Flávio Dino como franco favorito para o Supremo Tribunal Federal (STF) mudaram de avaliação. A articulação de senadores do centrão e da direita contra a indicação do ministro da Justiça teria feito Lula reavaliar sua escolha para a corte, segundo membros do governo. Na semana passada, o indicado pelo presidente à Defensoria Pública da União (DPU) não foi aprovado pelo Senado. A Casa é a mesma que precisa cancelar o indicado de Lula ao Supremo. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que a rejeição era um recado para Lula sobre a possível indicação de Flávio Dino. Integrantes do governo passaram a avaliar que Lula pode deixar a escolha do Supremo para 2024. Em um café com jornalistas, na sexta-feira passada, porém, o presidente disse que faria a indicação para a corte ainda neste ano. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Foco do governo para arrecadação, tributação de subvenções deve avançar como MP

Poder Legislativo | 01/11/2023 – 07h58min

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), articula para as próximas semanas a aprovação de uma medida provisória para aumentar a arrecadação federal. A MP 1.185 de 2023 altera a regra na tributação de grandes empresas que recebem benefícios fiscais nos estados, as chamadas subvenções. A medida foi indicada como a prioridade entre os projetos de arrecadação do governo em reunião de Lula (PT) com líderes partidários da Câmara. É uma das formas de perseguir a meta de déficit zero do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para 2024. A expectativa do governo é conseguir instalar a comissão mista sobre o tema já na semana que vem. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, espera arrecadar um total de R\$ 137 bilhões com as mudanças nos próximos quatro anos, segundo divulgou ao publicar a MP. Para 2024, o ganho seria de R\$ 35 bilhões. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Lira leva reclamações a Lula e cobra articulação por pauta de Haddad

Poder Legislativo | 31/10/2023 – 23h58min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), levou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reclamações de parlamentares sobre a falta de cumprimento de acordos relacionados a vetos em matérias que tramitaram no Congresso e afirmou que cabe ao Executivo destravar a proposta de subvenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Considerada a principal matéria para a equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) elevar a arrecadação federal, o projeto enfrenta resistências entre congressistas e setores produtivos. Lira e Lula se reuniram na noite de terça-feira (31). O encontro, que inicialmente não constava da agenda de nenhum dos dois, vinha sendo solicitado pelo Palácio do Planalto, interessado em garantir a aprovação das medidas prioritárias do governo até o recesso parlamentar, em dezembro. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)

Momento é de consolidação da frente ampla de apoio ao governo na Câmara, diz Padilha

Poder Executivo | 31/10/2023 – 15h46min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse na terça-feira (31), após reunião entre o presidente Lula e os líderes partidários da Câmara dos Deputados, que o atual momento é de consolidação da frente ampla de apoio ao governo na Câmara. "Fizemos uma saudação especial ao líder do Republicanos e ao líder do PP, que são duas bancadas que ingressam definitivamente, com bancadas federais, nessa frente ampla da base na Câmara dos Deputados", destacou. Ele agradeceu ainda nominalmente ao presidente do Cidadania, Comte Bittencourt. Lula incluiu o PP e o Republicanos no governo no começo do mês passado, ao nomear André Fufuca (PP-MA) para o Ministério do Esporte e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), para Portos e Aeroportos. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)[Retorno ao índice](#)